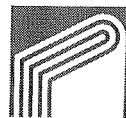


Democracia e Subjetividade: abordagens interdisciplinares

Charley Teixeira Chaves
Gregório Assagra de Almeida



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2013, D'Plácido Editora
Copyright © 2013, Os Autores

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Tales Leon de Marco

Diagramação
Danilo Jorge da Silva

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte - MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-002

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Democracia e Subjetividade: abordagens interdisciplinares.
Charley Teixeira Chaves; Gregório Assagra de Almeida [Orgs.] -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2013.

Bibliografia
ISBN: 978-85-67020-48-8

1. Direito 2. Charley Teixeira Chaves 3. Gregório Assagra de Almeida I. Título

CDU34

CDD 340

990102

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| Prefácio – Luiz Augusto Lima de Ávila; Charley Teixeira Chaves | 11 |
| Apresentação – Luiz Augusto Lima de Ávila | 13 |

Capítulo 1 – Bruno Vasconcelos de Almeida

| | |
|-----------------------------------------------------|----|
| Clínica e Filosofia da Expressão Vocal | 15 |
| Referências | 21 |

Capítulo 2 – Carlos Henrique Soares

Princípio do Contraditório no Superior

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tribunal de Justiça | 23 |
| 1. Processo e procedimento e contraditório..... | 23 |
| 2. Processo e conhecimento, contraditório e legitimidade das decisões..... | 28 |
| 3. Princípio do contraditório | 29 |
| 4. Princípio do contraditório e as decisões do Superior Tribunal de Justiça..... | 31 |
| Conclusão | 42 |
| Referências | 43 |

Capítulo 3 – Charley Teixeira Chaves

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Fundamentos Constitucionais da Execução Fiscal e da Execução contra Fazenda Pública | 45 |
| Introdução | 45 |

| | |
|--------------------------------------------------------------|----|
| Capítulo I: Processo Constitucional..... | 46 |
| Capítulo II: Execução Fiscal e contra a Fazenda Pública..... | 54 |
| Conclusões..... | 75 |
| Referências..... | 77 |

Capítulo 4 – Gabriel Terra Pereira

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Diplomacia e Historiografia: Notas de Pesquisa sobre a Visão de Mundo de Hélio Lobo..... | 81 |
| 1. A participação na Conferência de Versalhes e o ingresso na ABL..... | 81 |
| 2. Nos Estados Unidos..... | 91 |
| Referências..... | 120 |

Capítulo 5 – Gabriela Maciel Lamounier

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Análise da Possibilidade de Existência de Dano Moral Coletivo no Direito Ambiental..... | 123 |
| 1. Introdução..... | 123 |
| 2. Direito Ambiental..... | 124 |
| 3. Princípios de Direito Ambiental..... | 126 |
| 4. Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente..... | 135 |
| 5. Tutela Processual do Direito Ambiental através da ação civil pública e a existência do dano moral ambiental..... | 139 |
| Conclusão..... | 146 |
| Referências..... | 146 |

Capítulo 6 – Gregório Assagra de Almeida

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Partes e Terceiros no Processo Civil: Cinco Dimensões da Qualidade de Parte à Luz dos Princípios Constitucionais do acesso à Justiça e do Contraditório..... | 149 |
| 1. Introdução..... | 149 |
| 2. Da evolução do conceito de partes e de terceiros no processo civil: insuficiência dos critérios metodológicos até hoje adotados..... | 151 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3. A importância da principiologia constitucional (acesso à justiça e contraditório) para a ampliação do conceito de parte no processo civil | 162 |
| 4. Partes, terceiros interessados, terceiros estranhos ou desinteressados e cinco dimensões da qualidade de parte no processo civil: | 170 |
| 5. Para uma conceituação mais constitucionalizada da qualidade de parte no processo civil | 182 |
| Conclusões | 188 |
| Referências | 192 |

Capítulo 7 – Fernando Horta Tavares; Cecília Cardoso Pessoa Cangussu

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Legitimidade na Ação Declaratória de Constitucionalidade à Luz do Paradigma do Estado Democrático de Direito | 197 |
| 1. Introdução | 197 |
| 2. A Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) no contexto da fiscalização de constitucionalidade da leis e atos normativos no Brasil | 200 |
| 3. Operacionalidade da Ação Declaratória de Constitucionalidade-ADC | 205 |
| 4. Quem é o povo que garante a legitimidade do ordenamento normativo | 215 |
| 5. Estado Democrático de Direito e (I)Legitimidade popular na fiscalização da constitucionalidade na ação declaratória de constitucionalidade | 218 |
| Conclusão | 221 |
| Referências | 221 |

Capítulo 8 – Luiz Augusto Lima de Ávila

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Entre Contrário e Contraditório, Opinião e Verdade, a Negação do Sujeito Universal como Fundamento para a Dialética Relativa à Escravidão dos Negros em Montesquieu | 225 |
| Referências | 246 |

Capítulo 9 – Charley Teixeira Chaves; Ricardo Guerra Vasconcelos
A Fiscalidade da Constitucionalidade das Leis no Modelo

| | |
|-------------------------------------------|---------|
| Comparado | 249 |
| 1. Introdução..... | 249 |
| 2. Noções gerais..... | 250 |
| 3. O Conselho Constitucional Francês..... | 251 |
| 4. A Corte Constitucional Italiana..... | 253 |
| 5. Modelo de fiscalidade Português..... | 255 |
| Conclusão..... | 255 |
| Referências..... | 256 |
| Autores | 257 |